

EDITORIAL

Motrivivência Ano XVII, Nº 24, P. 09-22 Jun./2005

A "SAÚDE" DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O rico é quem come tudo
Tudo o que quer ele come
Mas o pobre que trabalha
Ganha pouco e passa fome
(..) o rico quando adocece
vai pro melhor hospital
seu nome no outro dia
vai prá página do jornal
dizendo que o danado
já não tá passando mal.
O pobre quando adocece
É feliz quando ele escapa
E quando tá internado
a comida é pão e papa.
Se gemer muito de noite
O remédio é fome e tapa.¹

O número passado versou sobre o tema Meio Ambiente, denunciando o quanto ele tem sido objeto de ações avassaladoras do capital, geradoras de destruição com conseqüências extremamente danosas aos seres humanos e demais espécies vivas do planeta. São perdas por vezes irreparáveis, materializa-

das sob a forma de secas, furacões, alagamentos, contaminação de nascentes (e também de rios, lagos, oceanos, e do solo), alterações no clima com destaque para elevação da temperatura global, enfim, uma verdadeira catástrofe ecológica, capaz de gerar, por si só, a fragilização da vida!

¹ Trecho do Cordel O pobre e o rico, interpretado no CD Castanha e Caju: Professor de Embolada. Trama, 2003.

Assim, ao escrevermos este editorial, tendo como tema a Saúde da Educação Física, a realidade nos aponta as possíveis relações entre saúde e meio ambiente cujas repercussões recaem, sobretudo, sobre as populações empobrecidas, conseqüentemente, destruindo a vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. E por considerarmos que esses fenômenos supracitados são determinados pela dominação do capital sobre a natureza, somos forçados a igualmente responsabiliza-lo por suas conseqüências para a saúde dos seres humanos.

Antes mesmo de refletirmos, especificamente, sobre a Saúde da Educação Física, cumpre também lembrar que, além desse quadro destrutivo, nos deparamos com uma crise política do atual governo, cujas políticas sociais (saúde, educação, trabalho e outras) são remanescentes de governos passados (Collor, Sarney e FHC). Neste sentido, somos da opinião que há não apenas uma estreita relação entre saúde e meio ambiente, mas também uma relação intrincada entre saúde e política, saúde e educação, saúde e trabalho, saúde e políticas públicas em geral, enfim, com outros pontos da agenda social e de luta dos sindicatos e movimentos

sociais. Aliás, quanto à relação entre saúde e política, o que se percebe na atualidade, nos âmbitos local e global, é uma relação imbricada entre ética, política e saúde, questão esta que denominamos de insalubridade ético-política, que se constitui num sistema de mando que liga sigilosamente centros internacionais de decisão e quadros domésticos coadjuvantes, a destreza dos golpes – projetos técnicos superdimensionados, provisão de recursos excessivos, corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, proxenetismo, colapso de governos, repressão organizada, assassinato – em benefício de mandatários privados conexos a poderes públicos². Esta insalubridade ético-política no Brasil atual, por parte de algumas condutas de políticos, pode ser caracterizada como uma pantomima da honradez, cuja atitude perversa se constitui em saquear o país, empobrecer e despolitizar o povo, destruir esperanças, distorcer e destruir direitos constitucionais, tal como promete a flexibilização trabalhista. Além de tudo isso, há mais inversões, tais como: prega-se a caridade (Fome Zero e outras ações) e pratica-se a inclemência, cortejam-se grandes interesses, escancaram-se as portas para o livre comércio, comprometendo, assim, a soberania nacional³.

² Cf. FRANCO, Maria Sylvia, C. A implosão da República. Folha de São Paulo, Cadernos Mais! 18/09/2005.

³ Ibidem.

Todo esse quadro descrito, em cujo pano de fundo se circunscrevem as políticas sociais neoliberais, vem afetando, gradativamente, a subjetividade, e por conseguinte, a saúde dos trabalhadores, tanto os desempregados quanto os que ainda trabalham. Além disso, há em grande parte da sociedade brasileira um grande descontentamento com as reformas⁴ já implementadas (Previdência) e as em andamento, tais como: reformas universitária, trabalhista e sindical, cujos efeitos já são possíveis de serem visualizados nos seguintes aspectos: destruição dos direitos do trabalhador, privatização da Universidade Pública, destruição dos sindicatos.

O que está em pauta quando se discute saúde e reforma universitária na perspectiva coletiva do corpo social acadêmico é a implementação na prática de políticas do corpo com base na saúde do professor, a qual se manifesta através do mal estar docente presente no fazer cotidiano acadêmico.⁵ Um exemplo disso pode ser observado e vivido nos campus universitários,

onde há uma prática impregnada de exigências burocráticas cada vez mais quantitativas e competitivas, nas quais a racionalidade técnica substitui os valores e, assim, dão lugar ao conhecimento institucionalizado. Em nome da competência, isto é, longa lista de publicações, muitas vezes meramente quantitativas e reproduções de papers repetidos em eventos anteriores, participação em organismos internos (bancas, comissões de sindicância, de verificação, de pontuação etc.); além de eventos externos e em cargos administrativos⁶. Tudo isso em nome da competência técnico-meritocrática, da publicação a qualquer custo, como metro para medir o sucesso universitário,⁷ em suma a valorização dos títulos acadêmicos.

Postas estas questões, é preciso escrever com todas as letras, contar com todos os números, expressar com toda intensidade de nossos gestos e vozes, que, ao lidarmos com a saúde, tratamos, em essência, da vida em suas mais amplas e profundas dimensões (éticas, políticas, econômicas e culturais).

⁴ Essas reformas econômicas implementadas pelos organismos do capital internacional (FMI e Banco Mundial), restauram padrões coloniais, empatam o planejamento nacional e a democracia, solapam projetos que beneficiam as populações, mantendo, assim, a estrutura das desigualdades sociais engendradas pelo processo de regulação e acumulação capitalista em todo o mundo. Cf. CHOSSODOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

⁵ Cf. REVISTA PLURAL. *A Saúde do professor*. Florianópolis: APUFSC, no. 14 – Ano 11– Junho/2005.

⁶ Cf. SILVA, Antonio O. *A corrida pelo Lattes*. In: RAMPINELLI, W.J. et alii. *Universidade e democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.

⁷ TRAGTEMBERG, citado por SILVA, op.cit.

Portanto, quando a Educação Física se compromete com a saúde das pessoas, é preciso, de imediato, compreendermos que a responsabilidade assumida é imensa, e não se limita à atuação sobre a prática de exercícios com vistas à melhoria orgânica e aos efeitos positivos das práticas corporais em si mesmas.

Embora esta ressalva já pareça óbvia e repetitiva para muitos, ainda impressiona o quanto o pensamento hegemônico em nossa área pouco se altera, dificultando avançar para além dessas restrições epistemológicas, políticas e sociais. Mas, se isso nos preocupa, ao mesmo tempo nos anima, a partir de um movimento contra-ideológico que acreditamos ser cada vez mais consistente, crescente e agregador de investigadores e investigadoras que não se contentam com tais (im)possibilidades da Educação Física, que não se convencem que a saúde se resume, meramente, ao fitness, e que crêem que um mundo melhor, com saúde integral, trabalho e educação para todos e todas, é possível; mas que para tanto, esta deve ser conquistada, através do que Mézszaros chamou de uma Educação para além do capital.⁸

Tentando não perder de vista o leitmotiv sugerido no título des-

te editorial, isto é, a apresentação de um olhar crítico sobre a saúde que preserve sua constituição como fenômeno dinâmico e contraditório⁹, buscamos enfatizar a necessidade de um trato epistemológico na perspectiva problematizadora da relação dialética entre o biológico e o social. Para tanto, procuramos nos vincular a outra espécie de movimento humano que vem ocorrendo em âmbito planetário no campo da saúde.

Trata-se na verdade de um movimento social (People's Health Movement) organizado por pessoas que se apresentam francamente como insatisfeitas e indignadas pelos caminhos empreendidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros poderes instituídos, tais como os governos de muitas nações e grandes empresas capitalistas. Representa a visão de que o fim da propriedade privada e da desigualdade de classe social, além da justiça, da paz e do respeito ao meio ambiente são condições prévias para a construção de uma sociedade mais saudável nas mais diversas perspectivas; em suma, de um mundo que celebre a vida desalienada, a diversidade, a fraternidade, e a liberdade.

É de fato uma outra forma de movimento humano, pouco fre-

⁸ Cf. MÉSZAROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁹ BREILH, Jaime. Nuevos conceptos y técnicas de investigación: guía pedagógica para un taller de metodología. Quito: Ediciones CEAS, 1997.

qüente na vida social da Atividade Física relacionada à saúde. Construído com o acúmulo das experiências em lutas anteriores em diferentes regiões do mundo, reuniu várias organizações de caráter progressista para estabelecer o processo que deu origem à Assembléia Mundial de Saúde dos Povos - Bangladesh, no ano 2000, sendo aí redigida a Carta dos Povos pela Saúde¹⁰. Neste documento, traduzido para vários idiomas, expressam-se as preocupações e indicações de visão de um mundo melhor e mais saudável, convocando para uma ação radical; é uma ferramenta para defender um ponto de referência através do qual um movimento global de saúde pode ser alcançado e pela qual novas redes, coalizões e resistências podem ser formadas.

Esse movimento supracitado é composto por intelectuais acadêmicos, mas também por representantes (intelectuais) do povo de diferentes nações, cujos princípios são: i) a saúde é um direito humano fundamental de todas as pessoas; ii) as políticas de saúde devem ser desenhadas sob os princípios da Atenção Primária da Saúde, conforme a De-

claração de Alma Ata; iii) é obrigação dos governos garantir o acesso universal para a atenção em saúde; iv) a sociedade civil tem o direito de participar na formulação, implementação e avaliação de políticas de saúde e v) a saúde deve ser prioridade absoluta no momento de elaborar políticas econômicas e sociais locais, nacionais e internacionais.

Voltando ao campo da Educação Física brasileira, é mesmo de se lamentar como, talvez devido ao esvaziamento da discussão política nas principais abordagens da Atividade Física relacionada à saúde, quase não se comenta sobre esse movimento, tampouco se veicula que a OMS vem desde muitas décadas sendo bastante questionada, incluindo o seu conceito de saúde, freqüentemente adotado entre nós. Poucos sabem também que a OMS é uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), esta por sua vez também muito criticada por sua submissão aos interesses imperialistas de alguns dos mais poderosos de seus países membros, em especial os EUA.

Ora, como falar de saúde para todos¹¹ enquanto se permite o

¹⁰ Este documento e outras informações a respeito do People's Health Movement podem ser obtidos em www.phmovement.org.

¹¹ Saúde para todos no ano 2000 foi o tema da Declaração de Alma Ata, celebrada em 1978, subscrita por unanimidade por todos os países membros da OMS. De todos eles, Cuba foi o único país que conquistou esta meta, o que permitiu ser considerado como exemplo de nação em que o direito universal à saúde é possível – cf. DE LA TORRE MONTEJO, Ernesto. *Salud para todos sí es posible*. La Habana: Sociedad Cubana de Salud Pública, Sección de Medicina Social, 2005.

domínio militar e econômico de algumas nações sobre outras? Como pensar em interação homem-natureza quando há matérias-primas (como é o caso dos campos do petróleo) e trabalhadores e trabalhadoras explorados indiscriminadamente por grupos nacionais e transnacionais que se utilizam da política internacional para expandir sua ganância e acumulação de capital? Como também tapar os olhos, as narinas e todos os poros contra a destruição que vem do céu, por mísseis imperialistas que invadem o espaço aéreo dos chamados países periféricos, globalizando, assim, as guerras por petróleo e poder sob o comando de George Bush e sua voracidade intervencionista, capitaneados pela equipe fundamentalista que ocupa a Casa Branca, sob o pretexto de combater o terrorismo?

No fundo, esta campanha contra o terrorismo esconde por trás de sua própria cortina de fumaça insalubre a militarização de grandes regiões do mundo, visando à consolidação do império estadunidense¹². Além disso, os aviões que sobrevoam as fronteiras da América Latina fumigando venenos com o argumento de extinguir as plantações de coca, na verdade atacam as poucas resistências de todo ser vivente deste lugar que os

invasores vão transformando em um verdadeiro fim de mundo.

Nessa direção, essas ingênuas bélicas imperialistas pretendem não só a invasão militar no Iraque, para roubar petróleo, mas também militarização, dominação e suborno dos governos da América Latina, visando com isso a continuidade dos planos neoliberais, a implantação da ALCA e, através disso, o controle dos nossos recursos naturais. Aliás, quando se fala em ALCA, convém lembrar que tanto esta quanto o Nafta (Acordo de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) se fundamentam num modelo de liberalização do comércio e investimento que encerra os programas do FMI e do Banco Mundial. De acordo com o que rezam as cartilhas desses programas, a maioria dos países em desenvolvimento é forçada a abandonar a indústria doméstica para atender os interesses empresariais transnacionais; converter os melhores terrenos agrícolas com vistas à exportação de culturas para a liquidação da dívida nacional; reduzir as despesas públicas em programas sociais e abandonar a assistência médica universal, a educação e as políticas de previdência social; liberalizar os setores da eletricidade, ener-

¹² Ver a esse respeito CHOSSUDOVSKY, M. Guerra e Globalização: Antes e depois de 11 de setembro de 2001. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

gia e recursos naturais; e, por fim, remover obstáculos regulamentares ao investimento estrangeiro¹³.

Assim, perguntamos: como também aceitar, impassivelmente, que em todas as partes do planeta pessoas de diferentes idades sofram e morram por causas evitáveis, enquanto a saúde é tratada como mercadoria e os medicamentos e tratamentos para estas populações são controlados comercialmente pelos laboratórios e indústria farmacêutica?¹⁴

Enquanto isso, em que pesem essas contradições, em nosso campo de atuação no Brasil, as hegemonias da Atividade Física relacionada à saúde defendem a neutralidade científica; buscam desqualificar as opiniões dissonantes do paradigma biologicista-positivo-funcionalista, rotulando-as como políticas e/ou ideológicas; isto apesar de defenderem o mercado e o sistema CREF-CONFEE (Conselhos Regionais de Educação Física e Conselho Federal de Educação Física), submetendo ao seu domínio todas as práticas corporais (dança, artes marciais, capoeira e yoga entre outras), além do comércio de bugingangas esportivas

da chamada Indústria Cultural.¹⁵ Neste sentido, torna-se oportuno lembrar que a perspectiva conservadora de saúde defende, portanto, uma ideologia da saúde capitalista - opondo-se a qualquer reflexão epistemológica e ideológica anti-capitalista que ponha em cheque a manutenção e reprodução do capital, isto é, de outra visão de mundo, homem, sociedade, política e educação.

Para esta corrente de pensamento, a saúde deixa de representar aspiração coletiva, resultante de processo de conquista histórica, para se tornar meramente um projeto individual e liberal, a serviço do mercado da atividade física e saúde que mantém o lucro da indústria de materiais esportivos e da prestação de serviços. Dentro desta lógica, a atividade física relacionada à saúde se utiliza, de forma subliminar, da ambiguidade e do embaralhamento presentes neste discurso funcionalista da saúde em relação à questão estética, explorando esse duplo apelo à subjetividade para vender serviços¹⁶. É também essa mesma abordagem de saúde que, em intercâmbio com as

¹³ Cf. BARLOW, M. A Alca e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas. In: SADER, E. ALCA: Integração Soberana ou subordinada? São Paulo: Expressão Popular,

¹⁴ Cf. Farmácia espiona médicos para laboratórios. Folha de São Paulo, 04/09/2005.

¹⁵ Cf. TAFFAREL, C.N.Z. Lazer e Projeto Histórico. Revista Impulso. UNIMEP, vol. 16, jan.-abr., 2005.

¹⁶ Cf. MOL, Mellyssa da Costa. Feliz na Contemporaneidade: dos cuidados com a saúde aos cânones da estética. E vice-versa? Analisando o discurso midiático de VEJA. Florianópolis: CDS/UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física), novembro/2005.

políticas públicas do Ministério dos Esportes, defende e incentiva a saúde das crianças através do que eles chamam de Ação Talento Esportivo, mesmo que com essa ação esteja promovendo a esportivização e adultização precoce da infância, a exclusão dos não talentosos e a morte do lúdico.¹⁷

Seguindo esta linha de reflexão, a área da Atividade Física relacionada à saúde, centrando-se na compreensão da categoria estilo de vida, elege o sedentarismo como fator de risco e como verdadeiro inimigo a ser extirpado, mas, no entanto, termina combatendo também aos sedentários, na medida em que naturaliza o comportamento humano e as dimensões sociais, dificultando ou descaracterizando as manifestações da cultura corporal/de movimento, além de ocultar, por exemplo, outro tipo de cultura corporal que ela não privilegia na sua perspectiva teórica, como por exemplo, as caminhadas e corridas doentes dos desempregados e subempregados atrás de trabalho com dignidade. Dessa forma, no primeiro caso, tal estilo de vida é tomado ingenuamente como falta de vontade e estímulo (atitude), resultado da ignorância e do abuso dos recursos

tecnológicos acionados por controle remoto, sem se dar conta de que a maior parte das pessoas não têm acesso a esses recursos, bem como não se percebe que as mudanças advindas da modernidade são bem mais profundas e danosas do que a hipocinesia considerada. Mediante esse pensamento, atua-se predominantemente na superfície dos problemas, sem investigar e intervir sobre os reais determinantes da deterioração da saúde-doença das populações, desrespeitando suas organizações sociais e contribuindo para perpetuação de suas condições de vida cada vez mais desumanas.

Nesta lógica, o importante é convencer sedentários à adoção de estilo de vida ativo/lazer ativo por toda a vida, passando a conscientização a assumir posição-chave para mudança de comportamento. No entanto, o sentido de conscientização difere, por exemplo, de sua concepção e uso provenientes das vertentes pedagógicas às quais a Educação Física de caráter superador/emancipatório/crítico tem se filiado. Essas vertentes são inerentes ao já consolidado campo de investigação em saúde e ciências sociais, campo este que leva em consideração reflexões mais amplas sobre os processos sociais, a cultura e a sociedade¹⁸.

¹⁷ Cf. CHAVES, Renata B. Ação "Descoberta do talento esportivo": o que está por trás de tudo isso? Florianópolis: CDS/UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física), junho/2005.

¹⁸ Cf. CANESQUI, Ana M. Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1997.

Ao nosso ver, a perspectiva do estilo de vida saudável se constitui numa redução extrema, uma vez que o social ora é desconsiderado, ora é apropriado como mais um dos fatores de risco a serem controlados pelo conhecimento científico. Isto representa, em comparação ao conhecimento produzido pela Saúde Pública e Saúde Coletiva, um atraso de ao menos trinta anos, pois de fato nestes campos, embora ainda se considere haver o predomínio do paradigma biomédico, muito já se avançou em direção à consolidação de diferentes frentes de resistência política e científica.

É desses campos, por exemplo, que a Educação Física tem aprendido expressões como transferência de responsabilidade e culpabilização da vítima, quando se quer dizer que os poderes instituídos e os cientistas a seu favor inculcam suas ideologias de desobrigação do Estado para com a saúde das populações, e que os responsáveis pelas dores e tormentas são os próprios doentes e atormentados. É da crítica ao Modelo Preventivista de Leavell & Clarck que há muito se compreende que prevenir é tão inócuo quanto remediar. Nessa direção, aliás, uma das conclusões de Sérgio Arouca em sua tese de

doutoramento foi que o movimento preventivista, em síntese, possui uma baixa densidade política ao não realizar modificações nas relações sociais concretas¹⁹. E esta tese foi defendida nos anos setenta! E é bom dizer, nos tantos espaços acadêmicos da Educação Física por onde passamos, pouco ou nada se conhece a respeito do Modelo Preventivista, e muito menos ainda sobre quais são as críticas e as alternativas propostas (tanto no sentido político quanto no epistemológico e pedagógico).

Então, diante de tantas problematizações, como prevenir acidentes e doenças na Educação Física, se até mesmo as teorias mais conservadoras, que tratam de alguma forma das questões sociais, nem chegam a ser estudadas sistematicamente na maioria de nossos currículos? Seria este um dos principais motivos pelo qual as lesões desportivas se tornaram verdadeiras epidemias?²⁰

Após estas reflexões, podemos, com razoável segurança e de forma provocativa, inferir que a Educação Física encontra-se, justamente, no limiar entre o biológico e o social no que se refere às suas relações com a saúde. Explicamos: num

¹⁹ AROUCA, Sérgio. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

²⁰ GONÇALVES, A. (org.). Saúde e urgências em Educação Física e esportes. Campinas: Papirus, 1997.

determinado momento histórico criou-se uma divisão entre aqueles que atuam no campo da saúde, ou seja, os defensores da Atividade Física relacionada à saúde, e aqueles representantes do chamado campo teórico crítico, que se ocuparam de importantes problemas da sociedade brasileira, mas praticamente se eximiram de responsabilidade para com a saúde. Com o passar do tempo, e com a agudização das diferenças políticas, a saúde foi se confundindo com a própria identidade dos adversários políticos. Então, num dado momento, estudar saúde passou a representar esse conservadorismo, aquilo que os críticos buscavam superar. Por sua vez, para os que se dedicavam à saúde, de forma geral, o movimento crítico da Educação Física foi tratado, como já afirmamos antes, como ideológico e político, de modo que suas aspirações e elaborações teórico-metodológicas também foram negligenciadas e rechaçadas.

Mais de vinte anos se passaram após o início desse processo de rupturas e, agora, nos encontramos em novo cenário. Para os que se identificam com o pensamento crítico da Educação Física ousamos dizer que jamais houve tantas possibilidades de associação desse pensamento a um movimento nacional e internacional que se ocupe de defender a saúde em suas diferentes expressões. Neste momento, proliferam teses de

doutorado e dissertações de mestrado que avançam em termos de referencial teórico-metodológico, inclusive muitas delas orientadas em Programas de Pós-graduação dedicadas à Saúde Pública e Saúde Coletiva em diferentes estados brasileiros. Isto representa novos pesquisadores e novos grupos de pesquisa, que somados aos já existentes, provocam um sem número de publicações sob novas perspectivas. Estas são apenas algumas demonstrações do amadurecimento e avanço epistemológico que alcançamos no interior da área. Neste sentido, a Motrivivência se soma a esses movimentos, através desta edição, visando contribuir com mais reflexões críticas acerca do tema em questão.

Considerando as reflexões enunciadas neste editorial/texto, entendemos que é preciso dedicar maior atenção para os problemas de fundo da Saúde brasileira, para então apresentarmos e estimularmos a criação de diferentes possibilidades de aproximação da Educação Física a esta temática, fato que poderia provocar uma formação humana mais abrangente e profunda a esse respeito. Formação esta que permita aos professores e professoras, investigadores e investigadoras, intervir na realidade social e, analisando-a, atuar, portanto, como agentes de transformação. Assim sendo, torna-se iminente a compreensão do pa-

pel sociopolítico da escola; a análise crítica das transformações e produções acadêmico-científicas da Educação Física e áreas afins; o compartilhamento de saberes com diferentes áreas do conhecimento; o comprometimento com os valores e com os defensores da sociedade democrática e, é claro, de rompimento com a lógica da sociedade capitalista.

Nesse sentido, para além dos aspectos comportamentais e biológicos, no contexto da realidade brasileira, será preciso entender a chamada formação profissional como um processo de formação humana emancipatória que compreenda os determinantes sociais e culturais (nos níveis individual e coletivo) do processo saúde-doença. Mais que isso, é preciso impregnar os educadores de vontade política pela transformação das condições de vida que levam uma imensidão de pessoas à deterioração de sua Saúde; é preciso entender que o conceito de qualidade de vida propagado pelos estudos da Educação Física relacionada à Saúde deve incluir em seu bojo, também, os valores não-materiais, tais como as diversas sociabilidades: amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade e outros, assim como, os

elementos e valores materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva, quais sejam: inclusão da satisfação das necessidades mais elementares da vida humana, tais como: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer²¹ e outros pontos da agenda social e política dos movimentos sociais – na perspectiva da luta por políticas sociais públicas para além das chamadas políticas de “atenuação da pobreza”. Dito isto, é preciso romper com as limitadas concepções sobre o processo saúde-doença, a partir de aspectos socio-econômicos, os quais pressupõem o resultado das formas de organização social da produção, que podem fomentar grandes desigualdades nos níveis de vida²².

Assim, seria apropriado apresentarem-se aos acadêmicos, de muitas formas, inclusive por disciplinas obrigatórias e optativas, mas sobretudo através de um currículo vivo que os levem a relações responsáveis com as diferentes organizações populares, alguns elementos de essência transformadora das propostas de Promoção da Saúde desenvolvidas há décadas, bem como as

²¹ Cf. MINAYO, Maria C. S. et alii. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Revista Ciência e Saúde Coletiva. ABRASCO, v. 5, n. 1, 2000.

²² Cf. MINAYO, Maria C.S. A saúde em estado de choque. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1992

alternativas geradas no campo crítico da Saúde Coletiva brasileira que buscam a defesa e o empoderamento das comunidades empobrecidas e desarticuladas politicamente. É assim que será possível compreender o quanto saúde é uma questão social, econômica, política e, acima de tudo, é um direito humano fundamental. E que desigualdades, pobreza, exploração, violência e injustiça encontram-se entre as causas das doenças e morte dos pobres e marginalizados.

Nestes termos, proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização neoliberal e mudar drasticamente as prioridades políticas e econômicas para além do capital. No entanto, para que isso aconteça, é imprescindível, de forma articulada, construir alternativas e formas de ruptura com as políticas neoliberais nas diversas frentes da saúde, educação, trabalho, lazer – tendo como locus privilegiado a escola e os movimentos sociais.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que há grandes motivos para celebrar esta edição sobre o tema da Saúde, considerando que, de fato, a Motrivivência, através deste número, tenta cobrir possíveis lacunas acerca da reflexão crítica da Saúde da Educação Física.

Colocadas essas reflexões dos editores e do editor-associado deste número, convidamos ao/a lei-

tor/a para a apresentação sucinta das importantes contribuições dos autores que compõem a totalidade desta edição.

A temática da saúde relacionada a diferentes aspectos da Educação Física se expressa como eixo dos textos que compõem a seção de Artigos, que começa com uma observação de corte etnográfico com praticantes de atividades físicas em espaços públicos de Salvador/BA, de autoria de Cláudia Miranda Souza, visando identificar e refletir sobre os nexos possíveis entre uma concepção ideológica individualista de saúde e bem-estar e os conhecidos sistemas de auto-ajuda. Na mesma seção, Roberto Moraes Cruz e Jadir Camargo Lemos analisam as condições de trabalho e os processos de risco e adoecimento de um grupo especial de trabalhadores, os professores universitários, pressionados entre as diversas exigências acadêmico-institucionais e as condições objetivas disponíveis para a realização do seu trabalho. Enquanto isso, Fernanda Quint, Edgard Matiello Jr., Jéssica Félix Martinez e Miguel S. Bacheladenski buscam agregar argumentos conceituais e sociais que possam contribuir para a construção de uma proposta que fundamente e justifique a inclusão da Educação Física no Programa Saúde da Família – SUS/MS. Por fim, perguntando-se “o que faz com que praticantes

de fisiculturismo desejem hipertrofiar seu corpos, mesmo que isso implique risco à sua saúde?”, Adriana Estevão apresenta ensaio sobre esse grupo populacional e suas práticas corporais, em que saúde e estética não são necessariamente faces da mesma moeda.

Em Ponto de Vista, pesquisadores foram instados a refletir sobre o seguinte tema: entre o biológico e o social: tensões no debate teórico acerca da saúde na Educação Física. Com base na importância da aproximação da Educação Física ao campo da Saúde Coletiva, Yara Maria Carvalho preconiza “encontros” entre estas fronteiras do conhecimento, de modo a contribuir para a produção de melhores condições de vida para as populações. Já os autores Marcos Da Ros, Ricardo Camargo Vieira e Luiz Roberto Cutolo, a partir de uma visão ampliada do processo saúde-doença e de estilos de pensamento em Saúde Pública, trazem interrogações epistemológicas para a Educação Física para além da mera prescrição de exercícios físicos.

Os benefícios orgânicos do trabalho físico resistido constituíram-se num dos eixos da investigação que resultou na tese de doutoramento de Marcos Bagrichevsky, relatado aqui em resumo expandido na seção Cientifique-se. E em Experimentando, Daniel M. de Souza, Daniele R. Segrillo, Liliane Nobre Lima e Maristela da Silva Souza

relatam experiência didática com o estágio profissionalizante na graduação em Educação Física, destacando a importância dos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico e dialético que serviram de fundamentação teórica e metodológica.

MEL. Sob essa sigla, constituiu-se recentemente o Grupo de Estudos Mídia/Memória, Esporte e Lazer, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA, que pretende produzir e socializar conhecimentos e experiências na área, em intercâmbio com universidades brasileiras e no exterior, conforme informam César Leiro et alli à seção Grupos de Estudos.

Porta Aberta, como sempre, é a seção que fecha esta edição, abrindo perspectivas para novos desdobramentos e reflexões. É isso o que faz Patrícia Lessa, abordando, desde um enfoque feminista, produções relacionadas a corpo e esporte veiculadas em periódicos de Educação Física, especialmente na RBCE e Motrivivência. Por fim, temos a satisfação de publicar a Carta de Cuenca em Defesa da Saúde dos Povos, assinada por cerca de mil e trezentas pessoas oriundas de oitenta países, reunidas na cidade de Cuenca/Equador, em julho/2005, na Segunda Assembleia Mundial da Saúde dos Povos.

Para concluir, uma nota sobre a nossa homenagem deste

número. Trata-se da nossa querida e inesquecível colega, amiga e colaboradora da Motrivivência, Débora Sayão, que partiu cedo, como diz o poema do Mauro Iasi, mas deixou em nossa memória a presença doce, humana, lúcida e lúdica de menina-mulher e mulher-menina, de mãe, pesquisadora, cuidadora e educadora de jardins de infância floridos de ciência e girassóis emancipatórios. Débora, nós que fazemos essa revista, continuamos sempre contando com o teu sorriso, esperando sempre que possas nos orientar, com teus belos pareceres sobre o que significa viver, esperando que não nos abandones um só instante nesta vida carente de tuas palavras, ensinamentos e segredos. Débora, mande notícias do mundo de lá, pois, aqui estaremos sempre esperando pela tua presença nas festas, congressos, seminários, colóquios, bancas; és, portanto, a nossa eterna convidada! Esperamos que sempre nos acalentes, com esse teu olhar de horizontes longínquos e boca entreaberta de suspiros sorridentes. Débora, encerramos este editorial com um dos fragmentos do poema dedicado a ti nas páginas iniciais desta revista:

(...) Antes de terminar
sorriu
de sua última travessia
para longe do medo
e de sua agonia

Maurício Roberto da Silva;
Giovani de Lorenzi Pires (Editores)
Edgard Matiello Júnior (Editor-associado
deste número)

Florianópolis, dezembro 2005